



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

16ª Rodada de Licitações

Aspectos Gerais do Contrato de Concessão

Artur Watt Neto

Subprocurador-Geral de Exploração & Produção

Cláusula 1ª - Definições

1.2.30. **Pontos de Decisão:** datas até as quais os detentores de direitos de Exploração e Produção devem comunicar à ANP a decisão de realizar ou não um ou mais Compromissos Contingentes.

1.2.31. **Programa Anual de Produção:** documento em que se discriminam as previsões de Produção e movimentação de Petróleo, Gás Natural, água, fluidos especiais e resíduos oriundos do processo de Produção de cada Área de Desenvolvimento ou Campo.

1.2.32. **Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Exploração:** documento revisado a cada ano da Fase de Exploração em que se especifica o conjunto de atividades a serem realizadas e as já realizadas pelo Concessionário, incluindo o detalhamento dos investimentos necessários.

~~1.2.32.~~ 1.2.33. **Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Produção:** documento em que se especifica o conjunto de atividades a serem realizadas pelo Concessionário, incluindo o detalhamento dos investimentos, para o próximo quinquênio, necessários à realização ~~de tais~~ atividades na Fase de Produção.

~~1.2.33.~~ 1.2.34. **Programa de Desativação das Instalações:** documento em que se especifica o conjunto de atividades visando ao abandono definitivo de poços, incluindo seu eventual arrasamento, e de retirada de operação, remoção e destinação final adequada das instalações e recuperação das áreas por elas afetadas.

Cláusula 5ª - Fase de Exploração


5.9. Para fins de cumprimento do Programa Exploratório Mínimo, somente serão convertidos em Unidades de Trabalho os dados cuja aquisição, processamento, reprocessamento e formatação tenham atendido a todos os requisitos definidos nas normas regulatórias e nos padrões técnicos estabelecidos pela ANP.

5.10. Os trabalhos exploratórios serão convertidos em Unidades de Trabalho, para fins de cumprimento do Programa Exploratório Mínimo, de acordo com os critérios indicados no Anexo II.

 5.10.5.11. Em caso de descumprimento total ou parcial do Programa Exploratório Mínimo, o Concessionário não poderá prosseguir para a Fase de Produção.

5.10.1.5.11.1. A ANP poderá, mediante solicitação fundamentada do Concessionário, isentá-lo do cumprimento da parcela do Programa Exploratório Mínimo restante, sem prejuízo à continuidade do Contrato.

5.10.1.1.5.11.1.1. Como contrapartida à referida isenção, o Concessionário pagará um valor em pecúnia correspondente a duas vezes o total das Unidades de Trabalho não cumpridas, corrigido monetariamente pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos do parágrafo 6.29.

 5.11.1.2. O Contrato será automaticamente suspenso caso a ANP não delibere, antes do fim da Fase de Exploração, sobre o pedido de isenção do cumprimento da parcela do Programa Exploratório Mínimo restante.

5.10.1.2.5.11.1.3. Cumpridas as condições acima estabelecidas, o Programa Exploratório Mínimo será considerado integralmente cumprido, para todos os efeitos do Contrato.

Cláusula 5ª - Fase de Exploração

Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Exploração

5.12. Os Programas Anuais de Trabalho e Orçamento deverão guardar estrita correspondência com os demais planos e programas aprovados.

5.13. O Concessionário deverá apresentar à ANP, até o dia 31 de outubro de cada ano, o Programa Anual de Trabalho e Orçamento do ano subsequente, nos termos da Legislação Aplicável.

5.13.1. O primeiro Programa Anual de Trabalho e Orçamento deverá contemplar o restante do ano em curso e ser apresentado pelo Concessionário no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura deste Contrato.

5.13.2. Caso falem menos de 90 (noventa) dias para o final do ano em curso, o primeiro Programa Anual de Trabalho e Orçamento contemplará também, separadamente, o ano subsequente.

5.13.3. O conteúdo e os procedimentos para apresentação, revisão e alteração dos Programas Anuais de Trabalho e Orçamento da Fase de Exploração são os definidos nas orientações da ANP e na Legislação Aplicável.



Cláusula 6ª - Cláusula Penal Compensatória

Validade das Garantias Financeiras

6.11. A validade da garantia financeira deverá exceder em pelo menos 180 (cento e oitenta) dias a data prevista para o término da Fase de Exploração.

6.11.1. As garantias financeiras deverão ser renovadas sempre que necessário, já no montante monetariamente atualizado, observado o disposto no parágrafo 6.129.



~~6.11.2. Em caso de suspensão da Fase de Exploração, a renovação das garantias financeiras deverá cobrir prazo não inferior a 1 (um) ano.~~

~~6.11.3. Caso o Concessionário não cumpra o disposto no parágrafo 6.12, a ANP poderá resolver o Contrato conforme disposto na alínea "a" do parágrafo 30.4.~~

6.12. Em caso de deterioração das garantias financeiras, o Concessionário deverá substituí-las ou apresentar garantias adicionais.

6.12.1. Caso a garantia tenha sido apresentada na modalidade contrato de penhor de Petróleo e Gás Natural, a ANP poderá notificar o Concessionário para, nos termos do edital de licitações e do contrato de penhor assinado entre as partes, realizar chamada de margem de garantia ou, alternativamente, solicitar que seja apresentada à ANP nova garantia a fim de cobrir eventual diferença entre a garantia requerida e a garantia efetiva, em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação.


~~6.13. No caso de contratos de penhor, caso o valor garantido fique abaixo do valor da garantia atualizada nos termos acima, o Concessionário disporá de até 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação a que se refere o parágrafo anterior, para atualizar a garantia financeira.~~


Cláusula 6ª - Cláusula Penal Compensatória


Execução ~~das Garantias Financeiras~~ da Cláusula Penal Compensatória

6.15. ~~Em caso de~~ Constatado o não cumprimento do Programa Exploratório Mínimo, a ANP intimará o Concessionário a pagar ~~o valor correspondente à parcela não executada, calculado nos termos deste Contrato, a título de cláusula penal compensatória~~, em até 30 (trinta) dias ~~e, em caso, o valor atualizado das Unidades de inadimplemento, Trabalho~~ não cumpridas, sem incidência de qualquer desconto por pagamento voluntário.

6.15.1. Em caso de não pagamento voluntário, a ANP executará as respectivas garantias financeiras.

 6.15.2. A declaração da ANP sobre o descumprimento contratual tem eficácia imediata e configura causa suficiente para a execução da garantia oferecida, inclusive seguro garantia.

 6.15.3. A suspensão da execução da garantia financeira por decisão da ANP, nos termos da alínea “m” do parágrafo 33.5, ou de decisão arbitral ou judicial em vigor, não impede a comunicação do sinistro pela ANP à seguradora, dentro do prazo de vigência da respectiva garantia.

 6.15.4. Quando encerrada a suspensão sem reversão da decisão administrativa de que trata o parágrafo 6.15.3, a efetiva execução da garantia financeira se dará quando encerrada a suspensão, ainda que o prazo original da garantia tenha expirado.

Meras adequações à revisão da Resolução 726/2006 (Desativação de instalações)

~~9.9.1.9.8.1.~~ O Concessionário envidará todos os esforços e adotará todas as providências cabíveis no sentido de, ~~ao longo dos últimos 180 (cento e oitenta) dias de Produção ou a partir da notificação descrita no parágrafo 9.7,~~ transferir adequadamente as Operações para o novo Concessionário, de modo a não prejudicar a administração e a Produção do Campo.

~~9.10.9.9.~~ O Concessionário deverá submeter à ANP um Programa de Desativação das Instalações.

~~9.10.1.9.9.1.~~ O Programa de Desativação das Instalações deverá cumprir estritamente a Legislação Aplicável e estar de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, observando ainda o disposto na Cláusula Vigésima ~~Primeira~~ e as demais disposições pertinentes à reversão de bens prevista nos parágrafos ~~1817.6 e 1817.7.~~

~~9.10.2.9.9.2.~~ Na ausência de regulamentação específica, o prazo para apresentação do Programa de Desativação das Instalações não deve ser inferior a ~~365 (trezentos e sessenta e cinco) dias~~ 2 (dois) anos antes do término previsto da Produção.

~~9.11. Na ausência de regulamentação específica, a ANP terá o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data de recebimento do Programa de Desativação das Instalações para aprová-lo ou solicitar ao Concessionário as modificações que julgar cabíveis.~~

~~9.11.1.9.9.3.~~ Caso a ANP solicite modificações, informações complementares ou medidas adicionais, o Concessionário terá 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento da notificação para apresentá-las, ~~repetindo-se então o procedimento previsto no parágrafo 9.11.~~


~~9.11.2.9.9.4.~~ O início das atividades previstas no Programa de Desativação das Instalações somente poderá ocorrer após autorização expressa da ANP.

Cláusula 11ª - Data de Início da Produção e Programas Anuais de Produção

Início da Produção

11.1. A Data de Início da Produção do Campo deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis a critério da ANP, contados da data de apresentação da Declaração de Comercialidade.

~~11.1.1. O Concessionário manterá a ANP informada sobre as previsões quanto à Data de Início da Produção do Campo.~~

 ~~11.1.2.~~ 11.1.1. O Concessionário deverá notificar à ANP a Data de Início da Produção no prazo máximo de ~~24 (vinte)~~ 72 (setenta e quatro) horas após a sua ocorrência.

11.2. A Produção de Petróleo e/ou Gás Natural em uma ~~instalação~~ instalação de Produção somente poderá ser iniciada após a conclusão da instalação de um sistema para o aproveitamento ou a reinjeção de Gás Natural, exceto nos casos expressamente autorizados pela ANP, de modo a minimizar as queimas de Gás Natural.

Programa Anual de Produção

 ~~11.3. O Programa Anual de Produção não deverá prever variação igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor previsto no Plano de Desenvolvimento.~~

~~11.3.1. Eventual variação igual ou superior a 10% (dez por cento) deverá ser fundamentada na Legislação Aplicável e nas Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.~~

~~11.4.~~ 11.3. O Concessionário deverá entregar à ANP o Programa Anual de Produção relativo ao ano civil em que a Produção tiver início com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da Data de Início da Produção, nos termos da Legislação Aplicável.

11.3.1. Eventual variação igual ou superior a 10% (dez por cento) no Programa Anual de Produção em relação ao previsto no Plano de Desenvolvimento, deverá ser fundamentada nas Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.

Cláusula 11ª - Data de Início da Produção e Programas Anuais de Produção

Interrupção Temporária da Produção

11.12.11.11. O Concessionário poderá solicitar à ANP a interrupção voluntária da Produção de um Campo por um período de 1 (um) ano, prorrogável a critério da ANP.

11.12.1.11.11.1. A ANP avaliará a solicitação no prazo de 60 (sessenta) dias, renovável por igual período, e poderá solicitar esclarecimentos ao Concessionário.

11.12.2.11.11.2. O prazo para avaliação será reiniciado após a apresentação dos esclarecimentos solicitados.

11.13.11.12. A interrupção voluntária da Produção não implicará a suspensão de curso do prazo do Contrato.

Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Produção

11.13. Ao Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Produção aplicam-se as mesmas disposições referentes ao Programa Anual de Produção no que tange aos procedimentos de entrega, aprovação e revisão.



Cláusula 22ª - Participações

Participações Governamentais e de Terceiros

23.1.22.1. Além do Bônus de Assinatura, pago anteriormente à data de assinatura do Contrato, o Concessionário pagará à União e a terceiros as seguintes participações, de acordo com a Legislação Aplicável:

- a) Royalties;
- b) participação especial;
- c) pagamento pela ocupação ou retenção de áreas; e
- d) pagamento de participação ao proprietário de terra.

23.2.22.2. A ANP poderá conceder, com base em critérios estabelecidos na Legislação Aplicável, redução do percentual de ~~royalties~~Royalties previstos neste Contrato para até 5% (cinco por cento), de modo a viabilizar a extensão da vida útil e a maximização do fator de recuperação dos Campos, desde que comprovado o benefício econômico para a União gerado pelo novo plano de investimentos a ser executado.

23.3.22.3. O Concessionário não se eximirá do pagamento referente às Participações Governamentais e de terceiros nos casos de:



a) produção auferida durante o período de Teste de Formação, na Fase de Exploração, apenas se houver aproveitamento econômico da produção;

b) produção auferida durante o período de Teste de Formação, na Fase de Produção;

a)c) produção auferida durante o período de Teste de Longa Duração;

b)d) suspensão do curso do prazo deste Contrato;

e)e) caso fortuito, força maior e causas similares.

Cláusula 27ª - Cessão do Contrato

Aprovação da Cessão

~~28.10.~~27.10. A ANP terá prazo de 90 (noventa) dias contados da apresentação da documentação completa e conforme exigido, nos termos da Legislação Aplicável, para deliberar a respeito da Cessão.

~~28.11.~~27.11. A Cessão do Contrato somente será autorizada, ressalvada a hipótese do parágrafo ~~3029.~~3029.4.2, quando:

- a) os Concessionários estiverem adimplentes com as obrigações do Contrato; e
- b) a cedente e a cessionária, ou a garantida, nos casos de isenção ou substituição de garantia de performance, estiverem adimplentes com todas as suas obrigações relativas às Participações Governamentais e de terceiros perante todos os contratos de concessão ou partilha de produção em que sejam partes.

27.11.1. Caso a cedente esteja inadimplente e a Cessão não seja voluntária, determinada pela ANP ou decorrente de execução de cláusula contratual com terceiros, a Cessão será permitida se o cessionário ou o executor da garantia realizarem o pagamento das obrigações relativas aos contratos a serem cedidos, desde que se comprometam a repassar qualquer valor eventualmente devido ao cedente por conta da Cessão diretamente para a ANP, até que a totalidade da dívida da cedente perante a ANP seja quitada.




27.11.1.1. Na hipótese do parágrafo 27.11.1, não será admitida a Cessão para Afiliada.

Cláusula 29ª - Extinção do Contrato

Extinção de Pleno Direito

30.1.29.1. Este Contrato ~~será extinto~~extingue-se, de pleno direito:

- a) pelo decurso do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta;
- b) pelo término da Fase de Exploração sem que o Programa Exploratório Mínimo tenha sido cumprido;
- c) ao término da Fase de Exploração caso não tenha ocorrida qualquer Descoberta Comercial;
- d) caso o Concessionário devolva integralmente a Área de Concessão;
- e) pela não entrega do Plano de Desenvolvimento no prazo fixado pela ANP;
- f) pela não aprovação do Plano de Desenvolvimento pela ANP previsto na Cláusula Décima;
- g) total ou parcialmente, pela recusa do Concessionário em firmar o acordo de Individualização da Produção, após decisão da ANP; ~~ou~~
-  h) pela falta de renovação das garantias financeiras em até 30 (trinta) dias antes do seu prazo de validade; ou
- ~~h)~~i) _____ pela decretação de falência ou a não aprovação de requerimento de recuperação judicial de qualquer Concessionário ~~pele~~por parte do juízo competente, ressalvado o disposto no parágrafo ~~30~~29.4.2.

Cláusula 30ª - Caso Fortuito, Força Maior e Causas Similares

Licenciamento Ambiental

30.4. A ANP poderá prorrogar ou suspender o curso do prazo contratual caso comprovado atraso no procedimento de licenciamento ambiental.

→ 30.4.1. O curso do prazo contratual poderá ser cautelarmente suspenso, tão logo o prazo regulamentar para decisão do órgão licenciador, no processo de licenciamento ambiental, tenha sido excedido.

30.4.2. O Concessionário solicitará à ANP a suspensão cautelar do prazo contratual demonstrando que há atraso no procedimento de licenciamento ambiental, devendo a ANP proferir a decisão dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da solicitação do Concessionário.

→ 30.4.3. Caso haja o deferimento por parte da ANP, o curso do prazo contratual será suspenso cautelarmente a partir da data da decisão da ANP, sendo garantido ao Concessionário a restituição do prazo pelo número de dias transcorridos entre a data da comunicação de atraso no processo de licenciamento e a data de sua conclusão.

30.4.4. A conclusão do processo de licenciamento ambiental deverá ser imediatamente comunicada pelo Concessionário.

→ 30.4.5. O Concessionário deverá comprovar que, no período compreendido entre a suspensão do curso do prazo contratual e a concessão da licença ambiental, não contribuiu para a dilatação do processo de licenciamento ambiental e que o atraso se deu por responsabilidade exclusiva dos entes públicos competentes.

~~31.3.3.~~ 30.4.6. A suspensão do curso do prazo contratual será interrompida a qualquer tempo, caso a ANP a julgue injustificada.

~~31.4.~~ 30.5. Desde que solicitado pelo Concessionário, a suspensão do curso do prazo contratual por prazo superior a 5 (cinco) anos poderá ensejar a extinção contratual, sem que assista ao Concessionário direito a qualquer tipo de indenização.



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

Obrigado pela atenção!